

**PERSPECTIVAS DA
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA
MACPHERSONIANA**

**HORÁCIO WANDERLEI
RODRIGUES**

(MESTRANDO DO CPGD/UFSC;
PROFESSOR NA UNIVERSIDADE
DE SANTA CRUZ DO SUL)

INTRODUÇÃO

Este artigo tenciona realizar um exercício reflexivo sobre a proposta de democracia participativa existente na obra “A Democracia Liberal. Origens e Evolução”, de C. B. Macpherson.

As reflexões serão realizadas com base em pontos discutidos na disciplina Tipos de Estado Moderno, do Programa de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Direito, da Universidade Federal de Santa Catarina, cursada no 3º trimestre letivo de 1984, sob a orientação do Prof. Cesar Luiz Pasold.⁽¹⁾

O presente texto divide-se em um resumo do livro, no qual é apresentado um pequeno esboço da obra; um trecho destinado às reflexões, nas quais procura-se refletir sobre a proposta macphersoniana; e as considerações finais, nas quais busca-se sintetizar as idéias expostas nas partes anteriores.

**O LIVRO DE MACPHERSON
E A SUA PROPOSTA**

Macpherson começa o seu trabalho colocando que podemos considerar a democracia liberal perto do fim de sua existência se a tomarmos como significando “a democra-

cia de uma sociedade de mercado capitalista”.⁽²⁾ Já se a considerarmos “uma sociedade empenhada em garantir que todos os seus membros sejam igualmente livres para concretizar suas capacidades”,⁽³⁾ então não necessariamente.

O que o autor sugere é que uma posição liberal não precisa ser tomada para sempre como dependente de uma aceitação de pressupostos capitalistas — mesmo que historicamente assim o tenha sido. Tenta ele, desta forma, examinar os limites e possibilidades da democracia liberal.

Macpherson emprega neste seu livro o termo “modelo” em um sentido amplo, significando “uma elaboração teórica com vistas a exibir e explicar as relações reais, subjacentes às aparências, entre os fenômenos ou no seio dos fenômenos em estudo”.⁽⁴⁾

Para justificar sua opção pelo emprego de modelos na sua análise, diz: “em resumo, operar em termos de modelos facilita ter em mente que a democracia liberal (como qualquer outro sistema político) tem dois ingredientes necessários que podem não aparecer na superfície: (a) para ser plausível, não deve estar muito além das necessidades e capacidades dos seres humanos destinados a pô-lo em execução; daí, o modelo de democracia deve conter (ou admitir) um modelo de homem; e (b), dado que precisa de consenso geral e apoio para que seja plausível, o modelo deve conter, explícita ou implicitamente, uma teoria eticamente justificativa”.⁽⁵⁾

Com relação à sua opção por modelos historicamente sucessivos, justifica-a por “diminuir o perigo de miopia ao olharmos para frente”,⁽⁶⁾ visto que é muito fácil, “ao empregar um único modelo, bloquear vias futuras”.⁽⁷⁾ Também porque “seu emprego tem mais possibilidade de revelar o pleno conteúdo do modelo contemporâneo, a plena natureza do atual sistema”.⁽⁸⁾

A opção pelos modelos descritos no livro, que situam-se a partir do século XIX, é devida ao autor entender que “os problemas mais graves e menos examinados do presente e do futuro da democracia liberal surgem do fato de que a democracia liberal tem sido projetada tipicamente para ajustar-se a um esquema de governo democrático numa *sociedade dividida em classes*”.⁽⁹⁾ Entende Macpherson que esse ajuste não foi tentado, nem na teoria e nem na prática, até o século XIX e que portanto, os modelos e visões anteriores de democracia não devem ser tomados como modelos

de democracia liberal.

O autor entende classe social, neste contexto, em termos de propriedade. Uma classe consiste "daqueles que se situam nas mesmas relações de propriedade ou não propriedade de terra produtiva e capital ou uma e outra coisa separadamente".⁽¹⁰⁾

Analisa rapidamente os modelos anteriores ao século XIX, tentando mostrar como todos eles se ajustavam a uma sociedade sem classes ou a uma sociedade de classe única. Diz que esta divisão (democracia anterior ao século XIX/democracia liberal a partir do século XIX) pôde ser considerada um tanto arbitrária o que realmente importa não é a classificação, "mas o reconhecimento de quão profundamente os pressupostos do mercado sobre a natureza do homem e da sociedade penetram a teoria da democracia liberal".⁽¹¹⁾

O autor analisa, a partir daí, três modelos sucessivos de democracia liberal, e examina as perspectivas de um quarto modelo.

Modelo 1 — Democracia Protetora

Pode-se resumir este modelo dizendo que nele há uma sociedade de mercado em árdua concorrência, com toda a sua divisão em classes, e é lei da natureza humana que todo indivíduo sempre esteja empenhado em explorar todos os demais — nada pode-se fazer quanto à sociedade. A única opção é impedir que os governos oprimam os governados. Para isso é bastante uma franquia democrática protetora automática. Ou seja, há uma sociedade de mercado livre, e a proteção contra governos rapaces é efetuada através do princípio de "uma pessoa, um voto". O homem, neste modelo, é considerado um consumidor ao infinito.

Modelo 2 — Democracia Desenvolvimentista

Nele há a crença de que a democracia pode contribuir para o desenvolvimento humano. É ela encarada como o sistema político por meio do qual pode-se alcançar uma sociedade livre e igual ainda não conseguida. O resultado deste aperfeiçoamento será a sociedade democrática. O homem é visto como um ser que é capaz de desenvolver suas forças ou capacidades.

Modelo 3 — Democracia de Equilíbrio

Este modelo trata os cidadãos como meros consumidores políticos, e a sociedade política meramente como uma relação do tipo mercado entre estes e os fornecedores de mercadoria política — os políticos. Encara a democracia como um mecanismo para escolher e autorizar governos. Esta escolha é feita através da competição entre grupos — elites —, através de partidos políticos. A democracia, na realidade, é vista como um mecanismo de mercado em que temos consumidores — votantes — e empresários — políticos.

Modelo 4 — Democracia Participativa

Inicia este modelo, que é a sua proposta, salientando que “parece que a esperança de uma sociedade e um sistema de governo mais participativo veio para ficar”.⁽¹²⁾

A partir daí pergunta se um governo liberal-democrático pode tornar-se mais participante, e como. Faz algumas colocações sobre a questão e analisa o problema do círculo vicioso existente — os pré-requisitos da democracia participativa são duas mudanças na sociedade: “a substituição da imagem do homem como consumidor, e uma grande redução da desigualdade social e econômica. (...) ... é improvável que qualquer desses dois requisitos sejam satisfeitos sem uma participação democrática muito maior do que agora”.⁽¹³⁾

“Daí o círculo vicioso: não podemos conseguir mais participação democrática sem uma mudança prévia da desigualdade social e sua consciência, mas não podemos conseguir as mudanças da desigualdade social e na consciência sem um aumento antes da participação democrática”.⁽¹⁴⁾

Macpherson acredita que haja saída para esse círculo vicioso. Para começar, não devemos esperar que uma das mudanças se complete antes que a outra comece. Deve haver uma “mudança incremental recíproca”. Propõe que se procure saídas em outra parte do círculo, ou seja, mudanças que já sejam visíveis ou em perspectiva na desigualdade social, na quantidade de participação democrática ou na consciência do consumidor. Se encontrarmos mudanças perceptíveis e que sejam atribuíveis a forças ou circuns-

tâncias que tenham possibilidade de operar com efeito cumulativo, poderemos então ter alguma esperança de ruptura. Se estas mudanças forem de natureza a incentivar mudanças recíprocas nos outros fatores, então ainda melhor.

Considera Macpherson que já agora algumas aberturas visíveis — três pontos fracos — no círculo vicioso: “a consciência cada vez maior do ônus do crescimento econômico; as dúvidas crescentes quanto à capacidade do capitalismo financeiro de satisfazer as expectativas do consumidor enquanto reproduzindo a desigualdade; a crescente consciência dos custos da apatia política”.⁽¹⁵⁾

O autor considera a sua proposta apenas como um vislumbre de possibilidades. O resumo do seu modelo, em um primeiro enfoque abstrato, é assim descrito pelo próprio autor: “o modelo ... de democracia de participação seria um sistema piramidal com democracia direta na base e democracia por delegação em cada nível depois dessa base. (...) Assim prosseguiria até o vértice da pirâmide, que seria um conselho nacional para assuntos de interesse nacional, e conselhos locais e regionais para questões próprias desses segmentos territoriais. (...) O que é necessário, em cada estágio, para tornar democrático o sistema, é que os encarregados das decisões e formulações dos problemas, eleitos desde os níveis inferiores, sejam responsabilizados em relação àqueles que os elegeram sob pena de não reeleição”.⁽¹⁶⁾

A seguir o autor apresenta as situações nas quais o sistema não atuará como pretendido — não será dinamicamente democrático. São elas: 1) “uma situação imediatamente pós-revolucionária”; 2) “o reaparecimento de uma subjacente divisão e oposição de classes”; 3) “se o povo na base for apático”.⁽¹⁷⁾

Salienta o autor que na confecção deste primeiro modelo não foram levados em conta as circunstâncias concretas e o peso das tradições que possivelmente vigorarão em uma sociedade na época em que for possível tal transição. E o fator mais importante é a existência dos partidos políticos. No modelo apresentado não há lugar para eles.

A partir disto Macpherson apresenta um segundo enfoque, no qual a combinação de um aparelho democrático piramidal — direto e indireto — com a preservação de um sistema partidário lhe parece essencial. Diz que há duas possibilidades de combinar a organiza-

ção piramidal com os partidos em concorrência. São eles: 1) “uma estrutura soviética”; 2) “manter a atual estrutura de governo, e confiar nos próprios partidos para operar pela participação piramidal”.⁽¹⁸⁾ Considera a primeira improvável e a segunda possível.

O autor acredita que haja possibilidades reais de existirem partidos que participem autenticamente, e que possam eles operar através de uma estrutura parlamentar ou de congresso, para assim dar uma medida considerável de participação na democracia.

Conclui o livro dizendo acreditar que o seu modelo é um modelo de democracia liberal, não porque nele existam partidos alternativos, pois concebe que após um certo tempo eles desaparecerão em virtude do aumento das oportunidades à participação do cidadão por outros meios que não os partidos políticos, mas sim na medida que nele puder prevalecer um forte senso do grande valor dos direitos iguais ao autodesenvolvimento.

REFLEXÕES SOBRE O MODELO MACPHERSONIANO DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Num primeiro momento, é importante colocar o que em Macpherson é descritivo e o que é prescritivo — já que a obra apresenta ambos os aspectos.

Quando o autor conta rapidamente a democracia pré-liberal e também quando conta os modelos 1, 2 e 3 da democracia liberal, nota-se a sua tentativa de ser bastante descritivo. Nestes casos ele faz, regra geral, um primeiro apanhado descritivo, no qual conta o que pensavam os principais autores sobre os respectivos modelos. Numa segunda etapa ele os analisa, trazendo críticas de outros autores e fazendo as suas próprias, sobre os modelos apresentados — ou seja, prescreve.

Com relação à primeira parte do trabalho, em que ele justifica a sua opção por modelos sucessivos, há uma prescrição, pois o que ocorre é uma escolha de método para atingir um fim, analisar descritiva e prescritivamente os principais modelos de democracia liberal, e a partir deles propor um modelo próprio.

O último capítulo do livro é a proposta do autor. Como tal é eminentemente prescritivo, pois a partir da análise dos modelos anteriores, da realidade social que vê, e da sua valoração sobre eles,

ele apresenta a sua receita de democracia liberal.

Neste primeiro momento, então, pode-se sentir que a obra de Macpherson tem momentos descritivos e prescritivos. Mas há uma prevalência destes últimos. Os momentos descritivos são utilizados como base para a sua própria crítica e a construção de um modelo próprio de democracia liberal.

Vencido este primeiro momento, far-se-á agora rápidas reflexões⁽¹⁹⁾ sobre alguns pontos do livro, principalmente sobre o modelo de democracia proposto pelo autor. Os pontos a serem analisados são: 1) a questão dos partidos políticos na proposta de Macpherson; 2) a política e a economia como determinantes recíprocos; 3) a democracia macphersoniana e a guerra de posição; 4) Estado e governo na democracia participativa; 5) a possibilidade do homem modificar o seu próprio imaginário.

Macpherson entende que os partidos domesticaram a democracia amenizando o conflito de classes. Desta forma conseguiram manter uma sociedade desigual. Com efeito, diz ele:

“... não é exagero dizer que a principal função do sistema partidário concretamente desempenhada nas democracias ocidentais desde o advento da franquia democrática tem sido a de amenizar o conflito de classes, ou se preferirmos, moderar e conciliar um conflito de interesses de classe de modo a salvar as instituições da propriedade existentes e o sistema de mercado de um ataque eficaz”.⁽²⁰⁾
“O sistema partidário tem sido o meio de conciliar a franquia universal com a manutenção de uma sociedade desigual”.⁽²¹⁾

Numa segunda etapa, quando propõe a democracia participativa, diz crer na possibilidade real de existirem partidos autenticamente participativos — com estes, ele manteria a atual estrutura de governo e confiaria neles para operar pela participação piramidal.

Para que isto funcionasse, os partidos teriam, provavelmente, que se organizar a nível de bases sólidas. O modelo piramidal proposto por Macpherson pressupõe democracia direta na base e por delegação nos demais níveis. Em outras palavras, os partidos teriam que se organizar a partir dos bairros, das fábricas, das sociedades e associações comunitárias, dos sindicatos, etc.

O autor também acredita que com o passar de algumas décadas os partidos tenderiam a desaparecer, pela conscientização social da possibilidade de outras formas de participação.

A indagação para a qual não se encontra uma resposta, é a seguinte: se os partidos tradicionalmente fazem com que se encubram as divergências de classe — e esta afirmação parece, a priori, verossímil —, a sua mudança de estrutura, passando a serem partidos de base, não realçaria estas diferenças em vez de escondê-las? Ocorrendo esta inversão no papel dos partidos, a tendência seria a sua desapareição, ou pelo contrário, a sua fortificação?

Macpherson coloca como uma das situações nas quais o seu modelo não funcionaria, aquela em que houver “o reaparecimento de uma subjacente divisão e oposição de classes”.⁽²²⁾ Caso a possibilidade acima suscitada, de que os partidos de base reavivariam as diferenças de classe (esta é apenas uma possibilidade sobre a qual deve-se pensar), o modelo macphersoniano apresentaria uma contradição, e a sua solução — aproveitar os partidos políticos para iniciar o modelo piramidal de organização traria em si mesmo o início de sua destruição — o fortalecimento do sentimento de divisão e oposição de classes.

Também é de notar-se na proposta de Macpherson um determinismo recíproco. É latente em seu texto a tese de que há uma crise econômica e uma crise política, ambas se retroalimentando. No atual círculo vicioso, como apresentado pelo autor, o político (participação e consciência das desigualdades sociais) e o econômico (as desigualdades sociais — o autor entende classe social como tendo base patrimonial) mantêm um ao outro. Mesmo os pontos fracos encontrados por Macpherson para furar este círculo têm esta dupla origem.

Na apresentação das situações nas quais o modelo não funcionaria, outra vez há esta origem econômica e política ao mesmo tempo — para funcionar a democracia participativa, segundo o autor, há a necessidade de inexistência de classes sociais (econômico) e a existência de um povo participante na base (político).

Este um dos aspectos positivos da análise de Macpherson — romper com os determinismos monistas. Mas é também, ao mesmo tempo, o grande problema que ele encontra. Não podendo definir

nem o econômico e nem o político como determinante, o autor não encontra uma resposta fácil para vencer os impasses encontrados. A mudança do econômico não pode dar-se sem mudanças no político, e vice-versa. Desta forma não há muitas saídas para o círculo. O que o autor propõe é uma “mudança incremental recíproca” — mudanças gradativas em um e outro e que tenham influências recíprocas. Esta é uma fórmula sobre a qual é importante refletir. Talvez seja uma saída possível para atingirmos uma democracia estável.

Outro aspecto interessante é fazer-se uma aproximação entre a proposta macphersoniana de democracia participativa e a opção pela guerra de posição, adotada pelos neo-marxistas. A guerra de posição é uma revolução democrática de massa como forma histórica de transição para o socialismo. Ela pressupõe a ocupação dos espaços possíveis dentro do capitalismo, como forma de tomar pacificamente os aparelhos de Estado e chegar ao socialismo.⁽²³⁾

O autor, como ressaltado anteriormente, salienta que o ressurgimento de uma subjacente oposição e divisão de classes poderia fazer com que seu modelo não funcionasse adequadamente. Isto faz com que se pressuponha que a democracia participativa necessita de uma sociedade sem classes, ou com mínimas diferenças de classe, para manter-se — e o autor entende classe em termos de propriedade.

Desta forma, o seu modelo, “data venia”, só pode ser adotado em uma sociedade em plena transição para o socialismo, ou quando este já estiver implantado. Assim, poderá ser este modelo de democracia a fase final da guerra de posição, na caminhada das “esquerdas” para a tomada dos aparelhos do Estado.

Mesmo no caso de sua adoção em uma sociedade de classes (onde segundo o autor teria muito menos possibilidades de funcionar), a proposta de Macpherson, de um modelo piramidal de organização, com participação direta na base e por delegação nos demais níveis, facilita este tipo de opção das “esquerdas”. O trabalho de base comumente executado por seus vários movimentos pode levar mais facilmente à tomada dos demais níveis, através da delegação e representação, chegando até à tomada dos aparelhos do Estado e a implantação do socialismo.

Seguindo esta linha de raciocínio pode-se também conjecturar sobre como ficariam, neste caso, estado e governo na democracia participativa. É um tema complexo, e sobre o qual o autor não fornece pistas. A sua proposta é de uma forma de governo e não de um tipo de Estado.

Mas ao mesmo tempo, a implantação de um modelo piramidal de democracia, como participação direta na base e por delegação nos demais níveis, que pressupõe uma sociedade igualitária e onde os membros de níveis mais elevados na pirâmide são responsáveis perante os membros da base, leva à tomada do Estado pela sociedade. Nesta proposta de Macpherson, o que pode ocorrer — no esquema da guerra de posição —, é que a sociedade, tomando o governo, tome através dele o Estado — poderia haver, neste caso, uma identificação entre sociedade, governo e Estado, na aplicação da proposta macphersoniana.

Esta é apenas uma especulação, a partir das colocações do autor sobre a democracia participativa e uma possível utilização desta pelas forças de esquerda como forma de chegar ao socialismo e à tomada do Estado pela sociedade. Não possui ela nenhuma intenção de ser a verdade sobre o tema — é apenas uma idéia surgida a partir de uma leitura reflexiva do texto —, servindo basicamente como exercício intelectual.

O último ponto que se vai destacar neste artigo é sobre a possibilidade do homem modificar o seu próprio imaginário, e o que isto representa em termos de democracia participativa.

Macpherson quando se refere aos pontos fracos do círculo vicioso usa os termos “consciência cada vez maior”, “as dúvidas crescentes”, e “a crescente consciência”.⁽²⁴⁾ Nota-se que o autor crê na possibilidade de conscientização da sociedade como forma de aumentar a sua participação no processo político.

O problema que se coloca aí é que a conscientização representa a alteração do imaginário individual e social. O homem para se conscientizar do seu papel no processo político precisa romper com vários mitos e idéias pré-concebidas.

Mas será que é possível o homem mudar a si próprio? O homem, pelo menos em parte, é condicionado pelo ambiente que o cerca. Se ele vive em uma sociedade autoritária, terá bem maiores possibi-

lidades de possuir atitudes e posicionamentos autoritários, do que aquele que vive em uma sociedade democrática.

Macpherson, para o funcionamento do seu modelo, necessita de maior participação e da eliminação da desigualdade social e sua consciência. Mas estes fatores dependem um do outro — há uma influência recíproca — para se modificarem. Se para atingir estas alterações necessárias ao funcionamento da democracia participativa, o autor aposta na possibilidade de mudança da sociedade pela conscientização e esta significa uma alteração do imaginário, e este imaginário é condicionado pela sociedade — pela ideologia dominante na sociedade —, cai-se em um outro círculo vicioso. Nele o homem precisa mudar para que mude a sociedade, mas a mudança do homem individual está vinculada à mudança da sociedade. Como podemos fugir disto?

De certa forma percebe-se que o problema maior — e talvez todo — encontrado pelo autor é exatamente este: não há determinantes únicos no processo político. Há, isto sim, um inter-relacionamento muito grande de todos os fatores sociais — não há causas que geram efeitos, mas sim causas que geram efeitos que geram novamente as causas, e isto num processo contínuo de mútua influência.

O único elemento que neste processo, atuando como causa e efeito, talvez possa rompê-lo, é o indivíduo. Ou seja, a única possibilidade de sair-se do impasse criado é acreditar que o indivíduo pode modificar a si mesmo — ao seu imaginário —, e por conseguinte, à sociedade — através da mudança do imaginário social. Neste caso a construção de uma democracia participativa passará necessariamente pela confiança que o indivíduo tiver em si mesmo e na sua capacidade de mudar, de fazer a história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira parte deste artigo, destinada a dar uma rápida visão da obra de Macpherson, destacou-se a Democracia Participativa, em detrimento dos demais modelos, por ser a alternativa oferecida pelo autor — a sua proposta, o seu modelo. Neste ele coloca a necessidade da participação política, e diz que esta está vinculada à substituição do homem como ser consumidor e a uma grande

redução da desigualdade social, e vice-versa. Isto gera uma dependência recíproca — um círculo vicioso. A saída deste é uma “mudança incremental recíproca”.

O modelo proposto pelo autor é uma democracia baseada em um sistema piramidal, com democracia direta na base e democracia por delegação nos demais níveis. Crê na possibilidade de que esta estrutura, em uma primeira fase, funcione com os partidos políticos operando pela participação piramidal. Salienta que o seu modelo é um modelo de democracia liberal porque nele prevalece a crença no direito e na possibilidade de igual autodesenvolvimento dos indivíduos.

Na parte destinada às reflexões, fez-se primeiramente uma rápida análise do prescritivo e do descritivo na obra de Macpherson, constatando-se a prevalência do primeiro.

As demais reflexões podem ser resumidas da seguinte forma:

- A — A questão dos partidos políticos na proposta de Macpherson: o autor acredita na possibilidade de funcionamento do modelo piramidal através dos partidos políticos, em um primeiro momento— crê na sua posterior desapareção. A colocação que se faz, é que nesta proposta de democracia ter-se-á partidos de base, o que pode levar à fortificação do sistema partidário e uma possível inviabilização do modelo — a fortificação do sistema partidário se daria através de um possível fortalecimento do sentimento de divisão e oposição de classes.
- B — O político e o econômico como determinantes recíprocos: há no texto de Macpherson uma interdependência entre o político e o econômico, e não um monismo determinista.
- C — A democracia macphersoniana e a guerra de posição: neste ponto levanta-se a possibilidade de a democracia participativa facilitar a chegada da esquerda ao poder, através da guerra de posição, tendo em vista que estes movimentos são os que mais fazem o trabalho de conscientização nas bases.
- D — Estado e governo na democracia participativa: em primeiro lugar salienta-se que a proposta do autor é de uma forma de governo, não de uma forma ou tipo de Estado. Mas na hipótese de ocorrer a possibilidade exposta no item anterior, a

democracia participativa “pode” levar a uma equiparação entre sociedade, governo e Estado.

- E — A possibilidade do homem modificar o seu próprio imaginário: a partir da crença do autor na possibilidade de conscientização da sociedade, cai-se em um círculo vicioso, em que para mudar o homem é necessário primeiro mudar a sociedade, e vice-versa. A saída encontrada é a crença na possibilidade do indivíduo modificar o seu próprio imaginário, e através desta auto-mudança, ajudar na mudança da sociedade como um todo — é a crença no homem como sujeito da história.

NOTAS

- (1) O presente texto originariamente foi escrito como trabalho final para a disciplina referida, sendo posteriormente transformado neste artigo devido à colaboração e oportunidade propiciadas pelo Prof. Cesar Luiz Pasold.
- (2) In MACPHERSON, C.B. *A Democracia Liberal. Origens e Evolução*. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 9.
- (3) *Ibidem*, p. 9.
- (4) *Ibidem*. p. 10.
- (5) *Ibidem*. p. 14.
- (6) *Ibidem*. p. 14.
- (7) *Ibidem*. p. 14.
- (8) *Ibidem*. p. 15.
- (9) *Ibidem*. p. 16. (grifo do autor)
- (10) *Ibidem*. p. 18.
- (11) *Ibidem*. p. 27.
- (12) *Ibidem*. p. 97.
- (13) *Ibidem*. p. 103.
- (14) *Ibidem*. p. 103.
- (15) *Ibidem*. p. 109.
- (16) *Ibidem*. p. 110-1.
- (17) Ver MACPHERSON, op. cit., p. 111-3.
- (18) *Ibidem*. p. 115.

- (19) Estas reflexões foram feitas a partir de temas discutidos na disciplina Tipos de Estado Moderno, do Programa de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Direito, da UFSC, durante o 2º trimestre letivo de 1984, sob a orientação do Prof. Cesar Luiz Pasold.
- (20) In MACPHERSON, op. cit., p. 69.
- (21) Ibidem. p. 72.
- (22) Ibidem. p. 112.
- (23) Ver BUCI-GLUCKSMANN, Christine. Sobre o conceito de crise do Estado e sua história. In POULANTZAS, Nicos et alli. *O Estado em crise*. Trad. de Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977. p. 42-71.
- (24) Ver MACPHERSON, op. cit., p. 109.